

Assunto: Proposta PS manutenção jardins_2016

De: "Catia Rodrigues" <catia.rodrigues@zezereconta.pt>

Data: 21/12/2015 18:13

Para: <aprovisionamento@cm-viladere.pt>

CC: <smartins26@gmail.com>

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DE REI
Entidade 1951
Data 22/12/2015 F3
Fts

Exmo. (s) Sr. (s)

Em conformidade com os procedimentos de apresentação da Proposta para prestação de serviços de manutenção de jardins de Vila de Rei durante o ano de 2016 da entidade **Jardins S. Martins – Soc. Unip. Lda.** NIPC 509673317, seguem em anexo os seguintes elementos:

- Proposta para prestação de serviços de manutenção de jardins para 2016;
- Declaração conforme Anexo I (Convite Ajuste Direto).

Agradecendo desde já a atenção despendida, aguarda-se resposta quanto à aceitação da proposta apresentada.

Com os melhores cumprimentos.

Catia Rodrigues



CATIA RODRIGUES
Travessa do Fundador, 12 - Apartado 59
2740-362 Ferreira do Zêzere
Tel. 249 362 019 - Fax. 249 362 573
catia.rodrigues@zezereconta.pt

Anexos:

Declaração Anexo I_Proposta PS_2016.pdf	1,0 MB
Proposta PS_2016.pdf	225 KB



JARDINS S. MARTINS – Soc. Unip. Lda.

Rua António José

Besteiras

2240 – 003 Aguas Belas

Telf: 914812945

ORÇAMENTO

01/2015

Ferreira Zêzere

17-12-2015

Exmo. (s) Senhor (s):

Presidente da Câmara Municipal de Vila de Rei

Praça Família Mattos e Silva Neves

6100 – 174 Vila de Rei

Contribuinte n.º: 506 932 273

De acordo com a vossa solicitação que desde já agradeço, venho pelo presente propor o meu melhor preço para os serviços abaixo discriminados:

Local: Jardins de Vila de Rei

Serviço a executar:

- Manutenção de Jardins de Vila de Rei durante o ano de 2016.

Valor total do orçamento 25.960,00 €

(Valores acrescido de IVA à taxa em vigor)

Empreiteiro:
Jardins S. Martins
Sociedade Unipessoal, Lda
A Gerência

José Martins

O Proprietário da Obra: ¹

¹ A assinatura deste orçamento por parte do proprietário da obra confirma a aceitação do mesmo.

ANEXO I

DECLARAÇÃO

1 – *Sónia Isabel Garcia Martins*, na qualidade de representante legal de **Jardins S. Martins – Sociedade Unipessoal, Lda.**, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Ajuste Direto – Prestação de Serviços para manutenção de jardins de Vila de Rei durante o ano de 2016, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada **Jardins S. Martins – Sociedade Unipessoal, Lda** se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

a) Proposta de Ajuste Direto – Prestação de Serviços para manutenção de jardins de Vila de Rei durante o ano de 2016.

b) Declaração emitida, conforme modelo anexo I.

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;

f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto —Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71º da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes:

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;